

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo
dependente**

NOTAS SOBRE AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA E A CRISE ESTRUTURAL

MARIANA TEODORO DE SOUSA¹

FLÁVIA SARAGIOTTO MAGALHÃES VALLE²

JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA SILVA³

RESUMO

Analisamos as bases teóricas e políticas da Questão Social em uma economia dependente e seus contornos frente à crise estrutural do capital. Notamos que o capitalismo dependente articula em patamares cada vez mais complexos a superexploração da força de trabalho em prol das necessidades intrínsecas do capital global, logrando a classe trabalhadora a condições de espoliação cada vez mais severas.

Palavras-chaves: Capitalismo dependente; Questão Social; Crise do capital; Serviço Social

RESUMEN

Analizamos las bases teóricas y políticas de la Cuestión Social en una economía dependiente y sus contornos frente a la crisis estructural del capital. Observamos que el capitalismo dependiente articula en niveles cada vez más complejos la superexplotación de la fuerza laboral en favor de las necesidades intrínsecas del capital global, dejando a la clase trabajadora en condiciones de desposesión cada vez más severas.

Palabras clave: Capitalismo dependiente; Cuestiones sociales; Crisis de capitales; Servicio social

¹ Universidade Estadual Paulista

² Universidade Estadual Paulista

³ Universidade Estadual Paulista



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

I. Introdução

O trabalho ora apresentado traz a baila a discussão acerca do desenvolvimento do capitalismo latino-americano evidenciando a particularidade brasileira e sua incidência na formação e desenvolvimento da questão social, tendo como referência a análise sobre a periferia do capital e suas marcas dependentes. Expressa necessárias reflexões acerca do desenvolvimento desigual e combinado (Oliveira, 2003) do Estado capitalista brasileiro e como tais características historicamente construídas delimitam e estruturam a questão social e suas expressões cotidianas em um contexto de adensamento neoliberal. Tem como recorte analítico temporal, o contexto atual de agudização e intensificação das expressões da questão social, mas, para tal, contextualiza historicamente suas origens e complexificação.

A base de estruturação da questão social pode ser localizada através das análises tecidas por Marx (2009b) no Capítulo XXIII de O Capital: A Lei Geral de Acumulação Capitalista, sendo delineada pelo processo de expropriação e separação entre os trabalhadores e as condições objetivas de trabalho, comprometendo dessa forma a sua sócio reprodução e criando a dependência premente do trabalho assalariado para a manutenção dos mínimos necessários para a sua sobrevivência. Nesse sentido, a intensa produção e concentração de riquezas passou a consolidar dialeticamente uma exacerbada produção de pobreza, acarretando uma efervescência entre os antagonismos das classes emergentes, introduzindo no debate público a questão social, configurando-a como uma acumulação da miséria relativa à acumulação de capital (Iamamoto, 2008).

No entanto, apesar de obter uma gênese comum, a questão social segue particularidades específicas da formação sócio-histórica que a conforma, tendo na particularidade brasileira sua base de origem colonial de latifúndio escravista e dependente (Fernandes, 2009; Moura 2008), a tônica da Lei Geral de Acumulação Capitalista e o desenvolvimento de suas expressões cotidianas. Assim, a compreensão das particularidades da questão social em um território dependente, lança luz à importância da questão racial intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Ao se falar em exploração do trabalho pelo capital, não estamos falando de algo abstrato, mas antes: estamos falando da exploração de uma classe que tem cor, ou seja, de um segmento cuja condição de raça/etnia é muito bem delimitada. Assim, ao olhar para a formação social do nosso país, percebemos que a condição étnico/racial foi/é mediação fundamental para o processo de acumulação de capital, haja vista o processo de desumanização e exploração operados pela escravidão, cujas profundas marcas carregamos até os dias atuais, pois, “os vestígios escravistas são remanejados e

dinamizados na sociedade do capitalista dependente em função do imperialismo dominante (Moreira, 2019, p. 66).

Conforme avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua conseqüente potenciação (Iamamoto; Carvalho, 2015, p. 85), altera-se o trato destinado às expressões da questão social, transitando historicamente de acordo com a correlação de forças presentes em tal momento e das necessidades de garantia de expansão e acumulação de capital.

Assim, diferentes estágios do capitalismo produzem diferentes formas de operacionalizar as expressões da questão social, sendo necessário apreender seu surgimento e trato enquanto particularidades histórico-culturais oriundas do processo de implementação capitalista, como também através dos contornos político-econômicos de suas crises.

A recessão de 1974-1975 jogou por terra as crenças de que as crises do capital estariam sempre sob controle por meio do intervencionismo keynesiano, devido ao aprofundamento de uma crise de caráter estrutural (Mészáros, 2011), abrindo espaço para o que iremos conhecer como políticas de ajustes estruturais.

Como aponta Carcanholo (2018), o capitalismo contemporâneo foi historicamente constituído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para a crise estrutural, incluindo: i) sua reestruturação produtiva, ii) reformas estruturais no mercado de trabalho, iii) aumento da parcela de valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, iv) expansão dos mercados devido a abertura comercial e v) liberalização financeira e a alteração na própria lógica de apropriação/acumulação de capital.

Todo esse processo foi impulsionado, respaldado e referenciado por uma ideologia neoliberal que, não por causalidade histórica, se tornou hegemônica neste período histórico (Carcanholo, 2018, p. 28), impondo “novas formas” de conduzir às expressões da questão social.

Diante do exposto, com objetivo de construirmos uma leitura crítica acerca da realidade brasileira, o trabalho será organizado em três eixos seguidos das considerações finais. Primeiramente, apresentaremos uma conceituação histórica do capitalismo latino-americano e sua particularidade dependente, buscando evidenciar as especificidades de suas expressões no Brasil.

Segundo, iremos abordar o atual contexto de crise do capital e sua relação com o receituário neoliberal, a partir de uma breve conceituação da contrarreforma do Estado e seu caráter de ajuste fiscal permanente, já no terceiro ponto, abordaremos brevemente os impactos da

atual conjuntura no Serviço Social. Por fim, a conclusão que não se limita a encerrar o debate, mas suscitar reflexões sobre nossa realidade e particularidade.

II. Capitalismo dependente latino-americano e a particularidade brasileira.

A compreensão das particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro e do Estado exige, antes de tudo, tecer breves apontamentos acerca do que Marx denominou de “acumulação primitiva” e sua intrínseca relação com a América Latina e, em nosso caso, com o desenvolvimento brasileiro.

Prévia a acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida (Marx, 2022, p. 514), a acumulação primitiva expressa a gestão dos conteúdos necessários ao nascente modo de produção - tal processo de acumulação primitiva deu origem, dentre outros fatores, ao sistema colonial no qual a América Latina foi submetida.

Marini (1973), ao discorrer sobre este processo pontua que o imperativo colonial imposto ao continente latino-americano se desenvolveu em estreita consonância com a expansão da dinâmica capitalista - propiciando as condições necessárias para a criação da grande indústria. Nesta ótica, a colonização da América Latina se constituiu como parte fundante do capitalismo mundial, integrando seu processo de acumulação primitiva e posteriormente, traduzindo-se em subserviência às economias centrais.

O sistema mundial capitalista e as divisões internacionais do trabalho geram especializações produtivas que não propiciam, nem conduzem todas as economias ao desenvolvimento (Osório, 2018), fazendo com que se consolide um *modus operandi* desigual e combinado (Oliveira, 2003), conformando uma única totalidade marcada por contradições estruturais. Essa dinâmica estruturalmente desigual, implica na consolidação de um elemento particular na forma em que a força de trabalho nas economias dependentes é explorada, caracterizando a exploração exacerbada da força de trabalho enquanto ponto basilar no processo de produção e reprodução das relações sociais em economias periféricas.

Assim, no capitalismo dependente, como pontua a teoria marxista da dependência, existem condições objetivas para que a superexploração se constitua como um mecanismo fundamental da exploração por parte do capital que se gestaram a partir do processo de Independência (Osório, 2018, p.10). Essa superexploração não se resume a pobreza absoluta, mas, dentre outros fatores, ao pagamento de salários abaixo de seu real valor fazendo com que a

classe trabalhadora fique apartada das condições materiais e simbólicas de sua reprodução social⁴.

Seguindo esta linha, para fins objetivos, iremos nos atentar às particularidades do capitalismo dependente na realidade brasileira. Assim, a estruturação do capitalismo brasileiro apesar de possuir sua gênese no processo de colonização latino-americano, partilhando suas características elementares, apresenta aspectos histórico-sociais que o particulariza, possuindo como traço basilar sua origem latifundiária calcada mão-de-obra escravizada/semi-escravizada.

Diante disto, no Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados (Netto *apud* Santos, 2012), estruturando traços basilares para a constituição das classes sociais e seu universo político-cultural.

É justamente neste emaranhado de relações subordinadas, marcadas profundamente pelo latifúndio escravista, que será forjado o Estado brasileiro - a dependência somente poderia gerar dependência (e não poderia ser diferente – Marini, 1973), mas o fez como modernização conservadora (Ianni, 2019) que produziu um desenvolvimento desigual combinado (Oliveira, 2003) com profundas desigualdades sociais com marcas étnico-raciais (Moura, 2008).

Segundo Osório (2018, p.33) o Estado, como relações de poder condensadas, tem a capacidade de organizar a vida comum de maneiras específicas em função de interesses particulares de classe logo, na particularidade brasileira, o aparelho estatal não deixaria de ser sua imagem e semelhança materializando

Neste íterim, o Estado passa a ser visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas, numa forte confusão entre público e privado (Behring; Boschetti, 2011), metamorfoseando o senhor colonial em senhor cidadão, acentuando relações típicas entre o “centro” e “periferia”, entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, onde predominam os mecanismos de exploração capitalista e de dominação étnico-racial como fatores complementares do processo histórico.

⁴ De acordo com o Departamento intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, o valor salarial necessário para arcar com a reprodução material de uma família em julho de 2024 seria de \$6.946,37 - contrastando com o salário mínimo atual de 1.412,00. Tal contradição denota a desvalorização da força de trabalho em economias dependentes como a brasileira, onde, para suprir a perda valorativa ocorrida devido ao intercâmbio desigual, o capital nacional opera aumentando a intensidade do trabalho (mais-valia relativa), a extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e mantém uma remuneração aquém da força despendida e das necessidades para sua reposição/reprodução. Embora esse seja um fato, é essencial, atualmente, explicar como esse mecanismo tem funcionado no atual estágio de acumulação capitalista monopolista neste início de século XXI, nisto a crise estrutural em curso.

Por esta razão, salientamos que a questão étnico racial oriunda do processo de colonização e escravização é um fato que não pode ser ignorado ao analisar a estruturação do capitalismo no Brasil, por se tratar de um fator central da economia e sociabilidade brasileira. Essa relação, fundamentada na manutenção de uma economia alicerçada a uma hierarquia étnico-racial, vai resultar em contornos específicos ao que Marx denominou de Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Assim, ao analisarmos a formação do tecido social brasileiro, percebemos que a questão racial oriunda do período colonial não é apenas uma expressão genérica da questão social. Ela se sustentou na conformação do antagonismo entre as classes sociais (Gonçalves, 2018), demarcando a particularidade da acumulação capitalista no Brasil e sua complementaridade na dinâmica global do capital.

Nesse sentido, o racismo se constituiu enquanto processo por meio do qual o capitalismo tornou-se (e se mantém) sistema dominante (Callinicos, 1993 *apud* Gonçalves, 2018). Importante salientar o papel fundamental do Estado na manutenção do racismo no interior das relações sociais, principalmente ao observarmos as políticas higienistas e de não integralização de pessoas negras nos diversos segmentos da sociedade, inclusive no mercado de trabalho.

Esta conformação histórica pode ser vislumbrar através dos quantificadores obtidos no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), onde:

As pessoas pretas ou pardas representaram mais de 70,0% dos pobres e dos extremamente pobres. Essas desigualdades também se mantiveram nas taxas de pobreza e extrema pobreza: em 2022, 40,0% das pessoas de cor ou raça preta ou parda eram pobres, num patamar duas vezes superior à taxa da população branca (21%) e 7,7% delas eram extremamente pobres, mais que o dobro da taxa entre brancos (3,5%) (IBGE, 2023).

Ainda de acordo com o censo de 2022, o núcleo familiar formado por mulheres (mães solas) pretas ou pardas e com filhos menores de 14 anos também concentrou a maior incidência de pobreza: 72,2% eram pobres e 22,6% eram extremamente pobres (IBGE, 2023).

Todos esses dados apresentados, além de evidenciarem o racismo enquanto elemento fundante em nossa sociedade, também refletem os pensamentos e práticas fascistas tão presentes e naturalizados pela sociabilidade do capital, frutos dela mesma, pois "numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraídas de suas determinações sociais (Barroco, 2011, p. 208 *apud* Moreira, 2019, p. 79).

Desse modo e, principalmente, após o período varguista, o Estado brasileiro, no dizer de lamamoto e Carvalho (2015), age como o "novo coronel" ao criar mediações que favorecem a

manutenção da hierarquia racial e sua intrínseca reprodução social desigual, ao compasso que aumenta a concentração da taxa de lucro.

Assim, à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e a sua conseqüente potenciação (Iamamoto; Carvalho, 2015, p. 85), altera-se a forma de enfrentamento à questão social - sofrendo alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise hegemônica no bloco do poder (Iamamoto; Carvalho, 2015, p. 85). Diante desse emaranhado de interesses contraditórios, as expressões da luta de classes e suas reivindicações por condições objetivas de vida transmutam-se em matéria-prima da assistência social, ou seja

O direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado de tal forma, que se torna um meio de reforço de visão paternalista do Estado, que recupera nesse processo o coronelismo presente na história política brasileira, agora instaurado no próprio aparelho do Estado. O novo "coronel" passa a ser o Estado, e os serviços sociais transfigurados em assistência social tornam-se uma das pontes para o estabelecimento de relações para com seus súditos (Iamamoto; Carvalho, 2015, p. 100).

Ao analisar a condição relacional entre Estado e mediação das expressões da questão social, podemos observar a rearticulação de mecanismos de coerção e consenso em patamares cada vez mais complexos e imbricados em seio social, fazendo com que a forma de intervenção esteja marcada historicamente pelos interesses hegemônicos do capital (Ramos, 2019).

O Estado – como instância da política econômica do monopólio - é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantem a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos dos monopólios (Netto, 2011).

Neste sentido, de acordo com o exposto por Netto (2011) e partindo de uma compreensão crítica da Lei Geral de Acumulação Capitalista, a gestão e intervenção destinada à questão social ocorre em conformidade com a transitoriedade histórica das necessidades intrínsecas do capital. Como aponta Sousa (2023),

Situar as respostas que o Estado impõe às expressões da Questão Social ao longo da história, denota compreender a transitoriedade nas esferas de acumulação capitalista, nos conduzindo a observar como tais respostas correspondem a períodos específicos do modo de produção, muita das vezes traduzidos em momentos de crise e inflexão da taxa de lucro (Sousa, 2023, p. 71).

Tendo em vista tal transitoriedade, o sistema do capital em resposta ao aprofundamento da crise estrutural em curso desde a década de 1970 impõe em todo o globo os imperativos do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

neoliberalismo - colocado em terras brasileiras a partir da contrarreforma do Estado na década de 1990.

A partir deste cenário, como iremos observar a seguir, ocorre a intensificação da (re)criminalização da Questão Social e a diluição dos recém sistemas de proteção social - cuja fundamentação encontra-se na tentativa de retomar a taxa de lucro via intensificação da superexploração da força de trabalho e conseqüentemente, o agravamento de suas expressões.

III. Crise estrutural do capital e neoliberalismo à brasileira

O sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica (Mészáros, 2011), empregando um caráter funcional a suas crises. A partir delas, se originam mecanismos que determinam a restauração das condições de acumulação em níveis mais complexos e instáveis, mas que asseguram sua continuidade.

Como aponta Mészáros (2011), o próprio imperativo de intensificar cada vez mais sua expansão expressa a incontabilidade de seu sociometabolismo, requerendo aparatos corretivos - em grau praticável e historicamente localizado - tal como o Estado moderno e sua complementaridade na forma da estrutura totalizadora de comando político do capital.

A estrutura estatal se configura enquanto uma exigência, contraditória, do próprio conjunto do capital. Ele deve ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico (Mészáros, 2011), complementando-o politicamente e o resguardando das forças que poderiam desafiar sua dominância.

Contudo, quando as opções múltiplas de ajustes corretivos começam a ser esvaziadas, nem mesmo a “maldição da interdependência” pode prevenir a desintegração estrutural (Mészáros, 2011, p. 797), ou seja, o deslocamento das contradições estruturais do conjunto do capital só pode ser mediado enquanto permeiam sobre seus limites relativos⁵, ao atingir os limites absolutos⁶ inevitavelmente se coloca em questão a totalidade de seu complexo social - mergulhando-se em uma crise estrutural.

⁵ “Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital” (Mészáros, 2011, p. 175).

⁶ Os limites absolutos do capital se vinculam entre si criando a crise da totalidade do capital como um sistema orgânico. É nesse sentido, no qual todas as forças e tendências internas do capital que concorriam para o desenvolvimento da produção genuína se esgotam, que o sistema do capital, criando contradições explosivas desde seu interior inicia sua crise estrutural.” (Lambertucci, 2017, p.13)

Quando o capital mergulha em uma crise estrutural, onde não consegue encontrar margens de deslocamento de suas contradições, as forças produtivas são escancaradas enquanto forças destrutivas ao compasso que intensifica suas bases de exploração e acumulação, a fim de garantir sua reprodução em patamares cada vez mais complexos.

Assim, a conjuntura atual evidencia a barbárie que acompanha a tentativa de retomada do circuito de valorização do capital em crise, com particulares consequências para as economias dependentes - sendo neste emaranhado de relações que se encontra a contrarreforma do Estado brasileiro.

Os processos de “reforma” do Estado contidos nos planos de ajuste estrutural, apenas podem ser compreendidos no contexto das transformações mais profundas engendradas no mundo do capital (Behring, 2008 p.31), a partir da década de 1970 - quando houve uma resposta contundente do capital à queda da taxa de lucro, colocando no cenário mundial uma reorientação de suas bases de produção e reprodução. No Brasil, este processo de reestruturação produtiva foi imposto a partir da década de 1990 através do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), onde se coloca um redirecionamento da atuação do Estado brasileiro.

A reforma do Estado, tal como foi conduzida, é a versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva (Fiori, 2000 *apud* Behring, 2008, p.177) e a qualquer custo de minimização e mistificação dos danos de sua crise. Neste sentido, como mencionado anteriormente, os imperativos da dependência implica em desdobramentos político-econômicos alheios às economias centrais⁷. No Brasil, a reestruturação do aparelho estatal representou a intensificação da superexploração da força de trabalho e a desarticulação orçamentária do recém sistema de proteção social.

O centro do Plano Diretor é seu caráter essencialmente anticonstitucional, ou seja, para conduzir o redirecionamento do Estado foi necessário retroceder no campo constitucional, um verdadeiro embate entre reformismo e contra-reformismo, alocando formas de desarticulação da Constituição Federal (1988), enquanto propaga a compreensão de um Estado oneroso - transferindo as expressões da crise estrutural para uma ideia de “crise do Estado social”.

⁷ Importante ressaltar que a crise estrutural do capital atinge todo o globo. No entanto, devido a suas particularidades estruturalmente desiguais, seus efeitos recaem de maneira geograficamente distinta. Enquanto nas economias centrais o capital fez concessões materialmente significativas para a classe trabalhadora como o Welfare State no pós-Segunda Guerra, em economias dependentes como o Brasil a noção de um sistema articulado de proteção social veio tardiamente e com caráter pontual, fragmentado. Assim, ao impor a reorientação de seus mecanismos de produção e reprodução, o capital via Estado, refuncionaliza o orçamento público visando novos meios de valorização e desarticula a viabilidade de um sistema de proteção social efetivo à classe trabalhadora.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dentre este complexo cenário, encontram-se os imperativos neoliberais. Assim, o Estado continua forte, o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da intervenção estatal, estabelecendo novas regras para governar a favor do grande capital financeiro (Iamamoto, 2017), traduzindo as demandas do capital em políticas nacionais de ajuste fiscal permanente, dentre outras características que não nos cabe sumariar no presente trabalho.

A não implementação das definições constitucionais não permite afirmar, de imediato, o desmonte das políticas sociais, haja vista que suas bases ainda estavam por ser montadas (Brettas, 2020, p.232). No entanto, este cenário de ajuste fiscal permanente condensa a inviabilidade orçamentária como também o teor político-ideológicos a elas empregadas;

O neoliberalismo, nesse sentido, se configura como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro do qual se situa a contra-reforma do Estado (Behring; Boschetti, 2011, p.129). Isto quer dizer, dentro do quadro de estratégias para manutenção da taxa de lucro, o neoliberalismo se traduz em um conjunto de medidas materiais e subjetivas de contorno à crise, expressando um momento histórico do capitalismo que requer novas formas de gestão do aparelho do Estado.

Nesse cenário, a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam (Iamamoto, 2017, p.144).

Esta dinâmica, quando combinada a política de ajuste fiscal, reformas como a trabalhista e as estratégias de enxugamento de custos das grandes empresas, se desdobra em um aumento da superexploração da classe trabalhadora com fortes impactos sobre as expressões da questão social. Estes são alguns aspectos da particularidade do momento em que vivemos: a capacidade de impulsionar a rentabilidade do grande capital por meio de sofisticados mecanismos de apropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora (Brettas, 2020, p.20).

Dialeticamente articulados, o neoliberalismo e o conservadorismo próprios da formação sócio-histórica brasileira, atuam de forma contundente na desarticulação e mitigação das formas de organização da classe trabalhadora e seus ganhos materiais, ao compasso que intensifica a superexploração da força de trabalho e desonera o capital, via Estado, de garantir mínimos sociais.

Diante desta realidade, ocorre a retomada da concepção de gestão e intervenção à questão social através de uma perspectiva criminalizadora, moralizante e despolitizada, destacando as várias manifestações do conservadorismo que recaem sobre a população pobre culminando em situações de discriminação social e de violação de direitos humanos (Eufrásio, 2018).

Podemos observar seus rebatimentos concretos através da crescente exponencial e agravante do contingente populacional em situação de vulnerabilidade em suas mais diversas faces. De acordo com o Cadastro Único (CadÚnico, 2022), cerca de 236.400 brasileiros estão em situação de rua; 38,8 milhões em trabalhos informais (IBGE, 2023); 20 milhões em insegurança alimentar (MDS, 2024) e 27,5% na margem da pobreza (IBGE, 2023), dentre outros marcadores e quantificadores sociais.

A raiz do atual perfil assumido pela questão social encontra-se nas políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo (Iamamoto, 2008) em consonância com a deterioração das possibilidades de efetivação da proteção social, mesmo que nos moldes de uma economia dependente.

Há, dessa forma, uma conformação da lógica gerencialista por dentro do Estado, que busca um encolhimento dos investimentos estatais em políticas públicas e o redirecionamento total do fundo público, impondo modos de vida cada vez mais degradantes à classe trabalhadora.

Sendo a questão social objeto de estudo e intervenção profissional do Serviço Social, a atual conjuntura de intensificação dos índices de espoliação somada ao aprofundamento da crise estrutural do capital e sua consequente degradação da força de trabalho, atenuam as contradições postas ao conjunto da categoria profissional.

Conforme Iamamoto (2007, p. 214), a condição assalariada de inserção profissional no efetivo exercício, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista (Ceoli, 2014).

Assim, as análises dos dilemas do exercício profissional exigem a compreensão das determinações objetivas das relações capitalistas sobre a profissão (Ceolin, 2014). A neoliberalização das relações interfere tanto nas condições de trabalho do assistente social, quanto ao seu próprio objetivo de intervenção, refletindo nos condicionantes internos e externos do fazer profissional, como analisaremos a seguir.

IV. Serviço Social: tensões em contexto neoliberal

O Serviço Social é uma especialização do trabalho que atua nas múltiplas expressões da questão social na vida dos sujeitos sociais. Sua institucionalização como profissão é resultado de um movimento antagônico: ao mesmo tempo em que as políticas públicas adotadas pelos Estados foram fruto da luta legítima dos trabalhadores, foram também um recurso para manter a dominação burguesa na sociedade, de forma a atenuar as expressões da luta de classes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O assistente social é um dos profissionais responsáveis pelo controle da força de trabalho e pelo reconhecimento da ordem social burguesa e do Estado. As novas condições de reprodução social geradas pelo neoliberalismo intensificaram as formas de acumulação capitalista e suas expressões, necessitando de novas mediações. Neste contexto:

A reestruturação do capital, subordinado à lógica do capital mundializado, desenvolve como nunca a internacionalização da produção e dos mercados, redefine os papéis dos Estados nacionais, requer políticas de ajustes estruturais, reconduz suas formas de intervenção na questão social e altera os parâmetros de constituição dos sistemas de proteção social. Um mundo internacionalizado requer um Estado dócil aos influxos neoliberais e, ao mesmo tempo, forte para traduzir essas demandas em políticas nacionais (Petras, 2002 *apud* Ceolin, 2014 p.252).

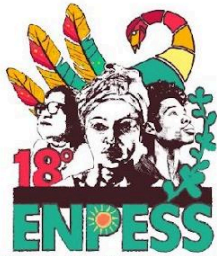
As expressões da questão social são radicalizadas no neoliberalismo. A classe trabalhadora passa a viver sob constante instabilidade, com aumento da subcontratação, diminuição do salário, flexibilização do trabalho, queda de gastos sociais, crescimento da desigualdade social e pobreza. O rendimento do trabalhador passa a depender de diversas variáveis não correlacionadas ao quanto ele trabalhou nem a seu esforço individual. A doutrina neoliberal traz consigo a ideia de que as manifestações sociais da questão social não devem ser lastreadas pelo Estado, e sim pela sociedade civil. Sendo assim, os direitos sociais tornam-se alvos de projetos filantrópicos.

Iamamoto (2008) nos mostra que o desmonte da proteção social transfere a responsabilidade do Estado para organizações privadas com discursos caritativos. A regressão de direitos e desmonte da proteção social contestam os princípios e diretrizes profissionais do assistente social, construídos coletivamente no movimento de ruptura com a hegemonia do conservadorismo na profissão. As refrações da questão social são acentuadas ao ponto em que grande parte da população atendida pelo assistente social são pessoas empregadas, cujo valor que recebem não é capaz de manter sua subsistência.

Uma tática muito utilizada pela doutrina neoliberal é atacar quem a contesta. Seu objetivo é dividir a classe trabalhadora para fazê-la lutar entre si ao invés de lutar contra o verdadeiro culpado das expressões da questão social: o capital. Santos e Manfroi nos elucidam:

Outro aspecto que se destaca no contexto atual diz respeito à criminalização da miséria e dos movimentos sociais. Conforme assinala Wacquant (2003, p. 72), essa criminalização é entendida “num sentido amplo de penalização da miséria, elaborada para administrar os efeitos das políticas neoliberais nos escalões mais baixos da estrutura social das sociedades avançadas”. Além disso, acaba impactando nas condições de trabalho dos assistentes sociais, pois estes estão cada vez mais sendo chamados a atuar no controle social da vida das populações pauperizadas (Santos; Manfroi, 2015, p. 183).

Tais componentes no contexto brasileiro se aglutinam a elementos históricos constituintes de sua sociedade já elencados acima, como desigualdade social, racismo, machismo, pobreza e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

democracia fragilizada, que acentua ainda mais tais desigualdades no neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que as consequências deste sistema fragilizam ainda mais as relações sociais, atraem parte da população com discursos neoliberais simplistas e perigosos, que culpabilizam as pessoas por sua pobreza aos antiquados moldes do início da profissionalização do Serviço Social.

A (O) assistente social deve se manter atenta aos pressupostos que fundamentam sua profissão para ser muito mais do que um mantenedor da paz ao capital. É essencial que o conhecimento teórico adquirido, desde sua formação até seu constante aperfeiçoamento requerido no código de ética, seja colocado em prática para desenvolver as intervenções necessárias em seu exercício profissional que se direcione ao projeto ético político do Serviço Social. O que o capitalismo almeja é que os assistentes sociais forneçam “benefícios” aos “usuários”. É fundamental ao profissional recordar sempre que seu objeto é o sujeito atendido, e que seu papel é viabilizar seus direitos. Conforme destaca Silva (2024), a abordagem de base histórico-crítica é essencial no trabalho profissional da (o) assistente social.

Trabalhar a contradição, a partir do que é imediatamente apresentado pelas pessoas que buscam um serviço, perscrutá-lo, negá-lo e superá-lo, revelá-lo a partir de suas demandas genuinamente humanas, mediamente presentes em um pedido individual, é a chave para um trabalho profissional histórico-crítico. Isso não elimina os problemas, que são estruturais, mas os tensiona permanentemente desde o trabalho profissional (Silva 2024, p.181-182)

Iamamoto, por sua vez, explicita mecanismos utilizados para assistentes sociais defenderem seu projeto ético-político diante da onda de conservadorismo:

Eles exigem das/os assistentes sociais recriar seu trabalho, considerando tanto sua contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais de qualidade a partir de políticas públicas; e na sua dimensão educativa, que incide na cultura das classes subalternas: nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais. Nesse ano das comemorações do centenário de Paulo Freire, apropriar-se de suas propostas de educação popular é uma bem-vinda contribuição à dimensão educativa do trabalho do/a assistente social (Iamamoto, 2021, p.39).

Em meio ao neoliberalismo e a constante precarização do trabalho, é fundamental ao assistente social direcionar-se pelos pressupostos que balizam sua profissão. É preciso ter em mente que não é possível uma reforma ao capital. A única maneira de viabilizar a justiça social requerida pela profissão é a sua superação, em todos os níveis e sentidos.

V. Conclusão

É importante sublinhar a persistência de mecanismos coloniais em todas as esferas da vida social e política brasileira, constando desde a manutenção da hierarquia racial vislumbradas nos níveis de violência e de precariedade socioassistencial; nas relações e imposições



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

econômicas através de instituições internacionais; no conservadorismo inato à estrutura do Estado brasileiro e, principalmente, na reposição de patamares cada vez mais complexos de espoliação da classe trabalhadora: precários (as), sub empregados (as), terceirizados (as), desempregados (as) permanentes, isto sempre sustentado em um processo de profunda desregulamentação de direitos e intensa exploração da força de trabalho em um cenário de crise estrutural e civilizatória do capital (Mészáros, 2011). Vale destacar, ainda, que essa classe possui uma face étnico-racial indiscutível essencial para explicar a natureza da questão social no Brasil e na periferia do capital latino-americano.

Neste emaranhado de relações, situar as respostas que o Estado impõe às expressões da questão social ao longo da história, denota compreender a transitoriedade nas esferas de acumulação capitalista, nos conduzindo a observar como tais respostas correspondem a períodos específicos do modo de produção, muita das vezes traduzidos em momentos de crise e inflexão da taxa de lucro. Em matéria de Serviço Social, enfrentamos o latente desafio de efetivação de nosso Projeto Ético-Político, através da compreensão e atuação crítica em nossos espaços sócio-ocupacionais, resgatando nossa materialidade histórica enquanto profissão alinhada à defesa intransigente da classe trabalhadora. Isto não pode ser construído apenas com boas intenções, mas por meio de procedimentos que recuperem criticamente demandas genuinamente humanas inseridas no movimento concreto da história.

Referências

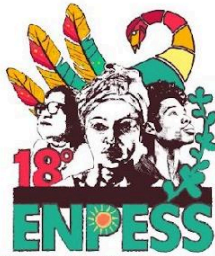
BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRETTAS, Tatiana. **A via “não clássica” do capital financeiro no Brasil**. Serviço Social em Revista, v. 23 n.2, 2020.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora: 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A crise do capitalismo dependente brasileiro**. 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COELIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Rev. Serviço Social & Sociedade, p. 239-264, 2014.

EUFRÁSIO, Amanda. **A culpabilização dos pobres e sua base ideológica na contemporaneidade**. Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. n.1 v.1. 2019.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. 2018.

IAMAMOTO, Marilda V. **Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora**. In: CFESS (or.). Diálogos do cotidiano – Assistente social Reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. CFESS: Brasília, DF. p. 16 – 48, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche - capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

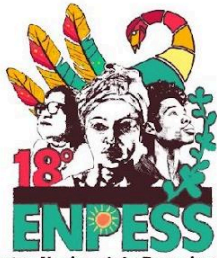
IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LAMBERTUCCI, Frederico Fernando Moises. **A incontornabilidade e a crise estrutural do capital**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, MS, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973.

MARX, K. **O Capital - crítica da economia política**. Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2017. Seção VII - O processo de acumulação do capital. Capítulo 23 - A lei geral de acumulação capitalista, pp. 689-770

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e a luta antirracista**: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo. Tese (Mestrado em Serviço Social. PUC, São Paulo, 2019).

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática Editora, 1988.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **População em Situação de Rua**: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília: MDCH, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf . Acesso em 29 de julho de 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSÓRIO, Jaime. **Sistema mundial e formas de capitalismo**: a teoria marxista da dependência revisitada. Rev. Direito e Práxis - UERJ, 2018.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Maria Teresa; MANFROI, Vania Maria. **Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional**. Em Pauta, Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 178-196

SILVA, J. F. S. Teoria social de Marx e Serviço Social: aportes para uma abordagem histórico-crítica. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 163-186, jan./jun. 2024. ISSN 1980-8518